MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Gestão Pública
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal
Coordenação-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação das Normas

NOTA TÉCNICA Nº 314/2013/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP

Assunto: Pagamento retroativo da GDPGPE

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A Coordenação-Geral de Avaliação de Desempenho deste Ministério, por intermédio do Despacho de fls. 14, encaminha o processo em epígrafe, que trata de requerimento do servidor XX, Técnico de Nível Superior do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome - MDS, "requisitado" pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, em que solicita o pagamento dos efeitos financeiros retroativos da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE.

2. No que se refere ao pagamento das gratificações ao servidor, e considerando que sua movimentação se deu pelo instituto da **cessão**, conclui-se que:

I - não seria devida a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, tendo em vista que a cessão do interessado para a FUNAI, *s.m.j.*, não estaria abarcada pelo art. 7º-E da Lei nº 11.357, de 2006, c/c o art. 14 do Decreto nº 7.133, de 2010;

II - o servidor poderia fazer jus à Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista - GDAIN, desde que estivesse em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Fundação Nacional do Índio – FUNAI;

III - o interessado não faria jus à GAPIN, uma vez que esta é devida exclusivamente aos servidores titulares de cargos integrante do quadro de pessoal da FUNAI;

IV - não existe amparo legal para que o servidor pudesse ter percebido, em julho de 2010, a GDPGPE - devida somente até o momento em que foi efetivada a cessão -, juntamente com a GDAIN e a GAPIN.

3. Pelo retorno dos autos ao Departamento de Desenvolvimento e de Desempenho Institucional – DEDDI/SEGEP/MP, para que no exercício de suas atribuições e de posse das informações contidas neste expediente e no Despacho de fls. 14, manifeste-se conclusivamente quanto ao caso posto em voga, e posteriormente encaminhe o presente processo ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

ANÁLISE

4. Consta dos autos requerimento às fls. 01, no qual o interessado apresenta as seguintes informações:

- a) Encontrava-se requisitado pela FUNAI, desde agosto 2010;
- b) Quando passou a ter exercício na FUNAI, deixou de perceber a GDPGPE, e passou a receber a GADIN e GAPIN, gratificações específicas dos servidores daquela Fundação;
- c) O MDS continuava pagando seu vencimento básico e o auxílio-alimentação; e
- d) requer o pagamento do valor retroativo da GDPGPE referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 02 de julho de 2010, com fulcro no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010.

5. Instada a se manifestar acerca do pleito, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, mediante DESPACHO-CODEP/CGRH/SAA/SE/MDS, fls. 11/12, se manifestou nos seguintes termos:

6. Nessa situação e considerando que o MDS utilizou no primeiro (1º a 30 de novembro) o último percentual apurado em avaliação de desempenho institucional, há que se verificar se o servidor percebeu a GDPGPE por, pelo menos, um dia dentro do período do ciclo. Nesse caso, o servidor será avaliado conforme formulário encaminhado pelo MDS, para fins de percepção da GDPGPE até a data na qual ele passou a receber a GDAIN. Caso contrário, o servidor não poderá ser avaliado para fins de pagamento da GDPGPE e será avaliado pela FUNAI para o recebimento da GDAIN.

7. Com base nessa legislação, sem prejuízo das demais que regulem o tema, a saber o Decreto nº 7.133/2010 e a Nota Técnica Conjunta nº 03/2010/DENOP/DERET/SRH/MP, manifestamo-nos pelo desprovisionamento do pedido do servidor, vez que não percebeu a GDPGPE por pelo menos um dia dentro do período do ciclo.

6. Frise-se que o assunto foi submetido à Coordenação-Geral de Avaliação de Desempenho deste Ministério que, por meio do Despacho de fls. 14, se limitou a indicar que o primeiro ciclo de avaliação de desempenho da FUNAI, para fins de percepção da GDAIN, foi de 10 de dezembro de 2010 a 30 de junho de 2011, conforme Portaria nº 4.040, de 22 de dezembro de 2010, DOU em 23 de dezembro de 2010.

7. Estas são as informações necessárias à análise da matéria.

8. Inicialmente, convém destacar que esta Coordenação-Geral – CGNOR/MP realizou consulta ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, constatando-se, da documentação em anexo, o seguinte:

a) Em julho de 2010, o servidor percebeu a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, bem como a Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista - GDAIN e a Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - GAPIN;

b) A partir de agosto de 2010, o pagamento da GDPGPE foi suspenso e o servidor continuou a perceber a GDAIN e a GAPIN;

c) O vencimento básico, o auxílio-alimentação e o auxílio-transporte eram pagos pelo MDS, enquanto que a FUNAI pagava ao servidor a GDAIN e a GAPIN;

d) O servidor não se encontra mais em exercício na FUNAI, portanto, houve a sua exclusão no sistema em relação à referida Fundação.

9. Considerando a problemática posta em voga, e ainda, que o servidor não se encontra mais em exercício na FUNAI, cabe esclarecer que a presente análise será realizada considerando a situação do interessado à época em que ainda se encontrava “requisitado” pela referida Fundação.

Dessa forma, convém analisar os dispositivos que instituíram as gratificações mencionadas, quais sejam: Lei nº 11.357, de 2006 - GDPGPE; Lei nº 11.907, de 2009 - GDAIN e GAPIN.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE

10. A Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, que instituiu a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE estabelece o seguinte:

Art. 7º-A. Fica instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º desta Lei, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. [\(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

§ 1º A GDPGPE será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A desta Lei, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2009. [\(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

§ 2º A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída: [\(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e [\(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional. [\(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

[...]

§ 6º O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2009, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor. [\(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

§ 7º Até que seja regulamentada a Gratificação de Desempenho referida no caput deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

§ 8º O disposto no § 7º deste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDPGPE. [\(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

[...]

Art. 7º-E. Os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do PGPE quando não se encontrarem em exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação somente farão jus à GDPGPE quando:

I - requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a GDPGPE calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação; [\(Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009\)](#)

II - cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I do caput deste artigo e investidos em cargo de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, e perceberão a GDPGPE calculada com base no resultado da avaliação institucional do período; e [\(Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009\)](#)

III - cedidos para órgão ou entidade do Poder Executivo Federal e investidos em cargo em comissão DAS-3, DAS-2, DAS-1 ou em função de confiança ou equivalentes e perceberão a GDPGPE como disposto no inciso I do caput deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009\)](#)

Parágrafo único. A avaliação institucional referida no inciso II do caput deste artigo será a do órgão ou entidade de lotação. [\(Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009\)](#)

11. Da leitura dos dispositivos supra, verifica-se que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE é devida em virtude de avaliação do desempenho individual do servidor e do alcance de metas do desempenho institucional. Saliente-se que a referida Gratificação é devida ao servidor de nível superior, intermediário e auxiliar do PGPE, desde que esteja lotado e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo, nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei nº 11.357, de 2006.

12. Note-se que, no caso de o servidor não se encontrar no exercício das atribuições de seu cargo nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, a GDPGPE, conforme previsto no artigo supra, será paga somente nos seguintes casos: I - requisição pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei; II - cessão para órgãos ou entidades da União distintos da Presidência ou Vice-Presidência da República e investidura em cargo de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes; e III - cessão para órgão ou entidade do Poder Executivo Federal e investidura em cargo em comissão DAS-3, DAS-2, DAS-1 ou em função de confiança ou equivalentes.

13. Saliente-se que o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, regulamentou os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de

desempenho individual e institucional e o pagamento de diversas gratificações de desempenho, dentre as quais, a GDPGPE, nos seguintes termos:

Art. 10. As avaliações de desempenho individual e institucional serão apuradas anualmente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período.

§ 1º O ciclo da avaliação de desempenho terá a duração de doze meses, exceto o primeiro ciclo, que poderá ter duração inferior à estabelecida neste parágrafo, e compreenderá as seguintes etapas:

I - publicação das metas globais, a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º;

II - estabelecimento de compromissos de desempenho individual e institucional, firmados no início do ciclo de avaliação entre a chefia imediata e cada integrante da equipe, a partir das metas institucionais de que trata o inciso II do § 1º do art. 5º;

III - acompanhamento de todas as etapas do processo de avaliação de desempenho individual e institucional, sob orientação e supervisão dos dirigentes do órgão ou entidade e da Comissão de Acompanhamento de que trata o art. 23, ao longo do ciclo de avaliação;

IV - avaliação parcial dos resultados obtidos, para fins de ajustes necessários;

V - apuração final das pontuações para o fechamento dos resultados obtidos em todos os componentes da avaliação de desempenho;

VI - publicação do resultado final da avaliação; e

VII - retorno aos avaliados, visando a discutir os resultados obtidos na avaliação de desempenho, após a consolidação das pontuações.

[...]

§ 3º As avaliações serão processadas no mês subsequente ao término do período avaliativo e gerarão efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do processamento das avaliações.

§ 4º Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões, exceto nos casos em que a legislação específica da gratificação dispuser de forma diversa.

[...]

§ 8º Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção de gratificação de desempenho, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos, exceto nos casos em que a legislação específica da gratificação dispuser de forma diversa.

Art. 11. A avaliação de desempenho individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício nas atividades relacionadas ao plano de trabalho a que se refere o art. 6º, por, no mínimo, dois terços de um período completo de avaliação.

[...]

Art. 14. Os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes dos Planos de Carreiras e Cargos de que trata o art. 1º, quando não se encontrarem em exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação, ressalvado o disposto em legislação específica, somente farão jus à respectiva gratificação de desempenho:

I - quando requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberão a gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação; e

II - quando cedidos para órgãos ou entidades da União distintos dos indicados no inciso I e investidos em cargo de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, perceberão a gratificação de desempenho calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

Parágrafo único. A avaliação institucional referida no inciso II do caput será a do órgão ou entidade de lotação.

[...]

Art. 16. Em caso de afastamentos e licenças considerados pela [Lei nº 8.112, de 1990](#), como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a respectiva gratificação correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos de cessão.

14. De acordo com o art. 10 do Decreto nº 7.133, de 2010, as avaliações de desempenho individual e institucional serão apuradas anualmente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período, exceto o primeiro ciclo, que poderá ter duração inferior. Ademais, considerando-se o exposto, verifica-se, ainda, que:

a) a avaliação de desempenho somente produz efeitos financeiros caso o servidor permaneça no exercício das atividades por, no mínimo, dois terços de um período avaliativo;

b) o servidor integrante do PGPE que não se encontrar em exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação, ressalvado o disposto em legislação específica, somente fará jus à GDPGPE:

I - quando requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberá a gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivessem em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação; e

II - quando cedido para órgãos ou entidades da União distintos da Presidência e Vice-Presidência e investido em cargo de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, perceberá a gratificação de desempenho calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

15. De acordo com as informações contidas nos autos, o servidor encontrava-se "requisitado" pela FUNAI. Todavia, observa-se, da Lei nº 11.907, de 2009, que a referida Fundação não possui o caráter de irrecusabilidade de requisição de servidores, razão pela qual se conclui, *s.m.j.*, que o servidor encontrava-se cedido do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome à Fundação Nacional do Índio, informação esta também extraída do SIAPE, de acordo com a documentação em anexo.

16. Dessa forma, é oportuno colacionar a legislação pertinente à cessão e requisição de servidores públicos para outros órgão ou entidades da Administração. Vejamos:

Cessão e requisição de servidores públicos

17. O afastamento para servir a outro órgão ou entidade está previsto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990, *in verbis*:

Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: [\(Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91\)](#) [\(Regulamento\)](#) [\(Vide Decreto nº 4.493, de 3.12.2002\)](#) [\(Regulamento\)](#)

I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; [\(Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91\)](#)

II - em casos previstos em leis específicas. [\(Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91\)](#)

§ 1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos. [\(Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91\)](#)

18. O artigo supramencionado foi regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 2001, que dispõe o seguinte:

Art. 1º Para fins deste Decreto considera-se:

I - requisição: ato irrecusável, que implica a transferência do exercício do servidor ou empregado, sem alteração da lotação no órgão de origem e sem prejuízo da remuneração ou salário permanentes, inclusive encargos sociais, abono pecuniário, gratificação natalina, férias e adicional de um terço;

II - cessão: ato autorizativo para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, ou para atender situações previstas em leis específicas, em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sem alteração da lotação no órgão de origem;

[...]

Art. 5º Observada a disponibilidade orçamentária, a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderá solicitar a cessão de servidor ou empregado oriundo de órgão ou entidade de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas empresas públicas e sociedades de economia mista, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e, ainda, requisitar nos casos previstos em leis específicas.

Art. 6º É do órgão ou da entidade cessionária, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, o ônus pela remuneração ou salário do servidor ou empregado cedido ou requisitado dos Poderes dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou das empresas públicas e sociedades de economia mista, acrescidos dos respectivos encargos sociais definidos em lei.

[...]

Art. 11. As cessões ou requisições que impliquem reembolso pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, à exceção da Presidência e da Vice-Presidência da República, somente ocorrerão para o exercício de: [\(Redação dada pelo Decreto nº 5.213, de 2004\)](#) [\(Vide Decreto nº 7.470, de 2011\)](#)

I - cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5 e 6, e de Natureza Especial ou equivalentes; e [\(Incluído pelo Decreto nº 5.213, de 2004\)](#)

II - cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, nível 3, ou equivalente, destinado a chefia de superintendência, de gerência regional, de delegacia, de agência ou de escritório de unidades descentralizadas regionais ou estaduais. [\(Incluído pelo Decreto nº 5.213, de 2004\)](#)

19. Em conformidade com o art. 1º do Decreto nº 4.050, de 2001, a cessão é um **ato autorizativo**, que tem por finalidade a movimentação de servidor para o exercício de cargo comissionado ou função de confiança ou para atender situações previstas em leis específicas, em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sem alteração da lotação.

20. Já a requisição é definida como **ato irrecusável** que implica a transferência do exercício do servidor ou empregado, sem alteração da lotação e com garantia da remuneração ou

salário permanentes, incluindo-se encargos sociais, abono pecuniário, gratificação natalina, férias e adicional de um terço.

21. Da leitura dos dispositivos supra, considerando que o servidor encontrava-se cedido para a FUNAI, cabe destacar que, de acordo com o art. 7º da Lei nº 11.357, de 2006, c/c o art. 14 do Decreto nº 7.133, de 2010, este somente poderia fazer jus à percepção da GDPGPE, quando:

a) requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberia a GDPGPE calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação;

b) cedido para órgãos ou entidades da União distintos da Presidência e Vice-Presidência da República, e investido em cargo de Natureza Especial, de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, e perceberia a GDPGPE calculada com base no resultado da avaliação institucional do período;

c) cedido para órgão ou entidade do Poder Executivo Federal e investido em cargo em comissão DAS-3, DAS-2, DAS-1 ou em função de confiança ou equivalentes e perceberia a GDPGPE calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação.

22. Todavia, compulsando-se os autos, observa-se que a cessão do servidor não se enquadrou em nenhuma das hipóteses ensejadoras do pagamento da GDPGPE. Dessa forma, considerando o exposto, verifica-se que o servidor ocupante de cargo integrante do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, do quadro de pessoal do MDS, **cedido** para FUNAI, que não seja nas condições acima mencionadas, em conformidade com a Lei nº 11.357, de 2006, e com o Decreto nº 7.133, de 2010, não fará jus à percepção da GDPGPE, enquanto permanecer a cessão, e tampouco fará jus ao pagamento retroativo da referida gratificação, conforme requereu o interessado.

Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista - GDAIN

23. A Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista - GDAIN foi instituída pela Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, a qual dispôs:

Art. 110. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista - GDAIN, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar, regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

§ 1º A GDAIN não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

§ 2º É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GDAIN.

§ 3º O servidor que passar a receber a GDAIN pode a qualquer tempo optar por voltar a receber a gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade a que faz jus em decorrência do exercício das atribuições do respectivo cargo efetivo, considerando o Plano de Carreiras ou Cargos a que pertença.

Art. 111. A GDAIN será atribuída em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional da Funai.

§ 1º A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, para o alcance das metas de desempenho institucional.

§ 2º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

§ 3º A GDAIN será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no [Anexo LXXXIII desta Lei](#).

§ 4º A pontuação referente à GDAIN será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 5º Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional da GDAIN.

24. Da leitura dos dispositivos supra, verifica-se que a Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista - GDAIN é devida em virtude de avaliação do desempenho individual do servidor e do alcance de metas do desempenho institucional.

25. Saliente-se que a referida Gratificação é devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, de níveis superior, intermediário e auxiliar, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, desde que em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Dessa forma, verifica-se, *s.m.j.*, que, no caso do servidor, havia a possibilidade de pagamento da referida gratificação, desde que estivesse em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na FUNAI.

26. Frise-se que a GDAIN não pode ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, razão pela qual se reforça o entendimento acerca da impossibilidade de percepção da GDAIN e da GDPGPE de forma cumulativa.

27. Ademais, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 110 da Lei nº 11.907, de 2009, é facultada ao servidor a opção pela continuidade do recebimento da gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade a que faz jus, hipótese em que não fará jus à GDAIN. Ademais, o servidor que passa a perceber a GDAIN pode optar a qualquer tempo por voltar a receber a gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade a que faz jus em razão das atribuições do respectivo cargo efetivo.

Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - GAPIN

28. A Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista está disciplinada na Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, *in verbis*:

Art. 109. Fica instituída a Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - GAPIN, devida, exclusivamente, aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, regidos pela [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), quando em efetivo exercício na Funai e enquanto permanecerem nesta condição.

§ 1º Os valores da GAPIN são os constantes do [Anexo LXXXII desta Lei](#), com efeitos financeiros a partir das datas nele estabelecidas.

§ 2º Os servidores que fizerem jus à GAPIN que cumprirem jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho.

§ 3º A GAPIN será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista - GDAIN e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

§ 4º A GAPIN somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se tiver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses. ([Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010](#))

§ 5º A GAPIN não será devida nas hipóteses de cessão.

29. Depreende-se do disposto acima, que a GAPIN é devida exclusivamente aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo, pertencentes ao quadro de pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, quando em efetivo exercício na referida Fundação e enquanto permanecerem nesta condição.

30. Ademais, consoante dispõe o § 3º do artigo supra, a GAPIN será paga em conjunto com a GDAIN, de forma não cumulativa, e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

31. Dessa forma, observa-se, no caso dos autos, que o servidor não faria jus ao pagamento da Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - GAPIN, por não pertencer ao quadro de pessoal da FUNAI, encontrando-se na situação de cedido a essa Fundação.

CONCLUSÃO

32. Assim, no que se refere ao pagamento das gratificações ao servidor, e considerando que sua movimentação se deu pelo instituto da **cessão**, conclui-se que:

I - não seria devida a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, tendo em vista que a cessão do interessado para a FUNAI, *s.m.j.*, não estaria abarcada pelo art. 7º da Lei nº 11.357, de 2006, c/c o art. 14 do Decreto nº 7.133, de 2010;

II - o servidor poderia fazer à Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista - GDAIN, desde que estivesse em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Fundação Nacional do Índio – FUNAI;

III - o interessado não faria jus à GAPIN, uma vez que esta é devida exclusivamente aos servidores titulares de cargos integrante do quadro de pessoal da FUNAI;

IV - não existe amparo legal para que o servidor pudesse ter percebido, em julho de 2010, a GDPGPE - devida somente até o momento em que foi efetivada a cessão -, juntamente com a GDAIN e a GAPIN.

33. Desse modo, caso o órgão do servidor constate que houve o pagamento indevido da GDPGPE, da GDAIN e da GAPIN ao servidor, entende-se que deverá ser providenciada a restituição ao erário dos valores percebidos indevidamente, observadas as disposições da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 5, de 21 de fevereiro de 2013.

34. Com tais informações, sugere-se o retorno dos autos ao Departamento de Desenvolvimento e de Desempenho Institucional – DEDDI/SEGEP/MP, por se tratar de matéria afeta as suas competências, e para que, no exercício de suas atribuições e de posse das informações contidas neste expediente e no Despacho de fl. 14, manifeste-se conclusivamente quanto ao caso posto em voga, e posteriormente encaminhe o presente documento a Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

À consideração da Senhora Coordenadora-Geral.

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

PATRÍCIA MARINHO DOS SANTOS
Técnica da DILAF

MÁRCIA ALVES DE ASSIS
Chefe da Divisão de Direitos, Vantagens,
Licenças e Afastamentos - DILAF

De acordo. Ao Senhor Diretor, para apreciação.

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

ANA CRISTINA SÁ TELES D'ÁVILA
Coordenadora-Geral de Elaboração, Orientação e Consolidação das Normas

Aprovo. Encaminhe-se ao Departamento de Desenvolvimento e de Desempenho Institucional deste Ministério, na forma proposta.

Brasília, 17 de dezembro de 2013.

ROGÉRIO XAVIER ROCHA
Diretor do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais de Pessoal